

## Alerta Legislação nº 43, de 23 a 28 out. 2017

### Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil  
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

## DESTAQUES

### Governo Federal

- **LEI Nº 13.496, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017**  
Institui o Programa Especial de Regularização Tributária (Pert) na Secretaria da Receita Federal do Brasil e na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional; e altera a [Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010](#), e o [Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972](#).
  
- **LEI Nº 13.498, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017**  
Acrescenta parágrafo único ao art. 16 da [Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995](#), para estabelecer que, após os idosos, os professores tenham prioridade para recebimento da restituição do imposto de renda da pessoa física.
  
- **LEI Nº 13.494, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017**  
Institui o Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD) nas autarquias e fundações públicas federais e na Procuradoria-Geral Federal; altera as [Leis nºs 10.522, de 19 de julho de 2002](#), e [8.213, de 24 de julho de 1991](#); e dá outras providências.
  
- **DECRETO Nº 9.179, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017**  
Altera o [Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008](#), que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, para dispor sobre conversão de multas.

<b>LEGISLAÇÃO FEDERAL</b>	
<b>PUBLICAÇÃO DOU</b>	<b>SUPERIOR</b>
<b>27/10/2017</b>	<b><u>LEI Nº 13.500, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017</u></b> Altera a <a href="#">Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994</a> , para dispor sobre a transferência de recursos financeiros do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), a <a href="#">Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007</a> , para permitir a prestação de serviços, em caráter excepcional e voluntário, à Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), na qual se inclui a Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), e as <a href="#">Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993</a> , e <a href="#">10.826, de 22 de dezembro de 2003</a> ; e revoga a <a href="#">Medida Provisória nº 755, de 19 de dezembro de 2016</a> .  <b><u>LEI Nº 13.499, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017</u></b>

	<p>Estabelece critérios para a celebração de aditivos contratuais relativos às outorgas nos contratos de parceria no setor aeroportuário.</p> <p><b><u>LEI Nº 13.498, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017</u></b>  Acrescenta parágrafo único ao art. 16 da <a href="#">Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995</a>, para estabelecer que, após os idosos, os professores tenham prioridade para recebimento da restituição do imposto de renda da pessoa física.</p> <p><b><u>LEI Nº 13.497, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017</u></b>  Altera a <a href="#">Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990</a>, para incluir o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito no rol dos crimes hediondos.</p> <p><b><u>DECRETO N 9.181, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017</u></b>  Altera do <a href="#">Decreto nº 9.109, de 27 de julho de 2017</a>, que regulamenta a <a href="#">Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017</a>, que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal.</p>
<p><b>25/10/2017</b></p>	<p><b><u>LEI Nº 13.496, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017</u></b>  Institui o Programa Especial de Regularização Tributária (Pert) na Secretaria da Receita Federal do Brasil e na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional; e altera a <a href="#">Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010</a>, e o <a href="#">Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972</a>.</p> <p><b><u>LEI Nº 13.495, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017</u></b>  Altera dispositivos da <a href="#">Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997</a> (Código de Trânsito Brasileiro), para possibilitar ao proprietário cadastrar o principal condutor do veículo automotor no Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam), para fins de responsabilidade.</p> <p><b><u>LEI Nº 13.494, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017</u></b>  Institui o Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD) nas autarquias e fundações públicas federais e na Procuradoria-Geral Federal; altera as <a href="#">Leis nºs 10.522, de 19 de julho de 2002</a>, e <a href="#">8.213, de 24 de julho de 1991</a>; e dá outras providências.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 9.180, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017</u></b>  Dispõe sobre a inclusão de empreendimentos públicos federais do setor aeroportuário no Programa Nacional de Desestatização e sobre sua qualificação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.</p>
<p><b>24/10/2017</b></p>	<p><b><u>DECRETO Nº 9.179, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017</u></b>  Altera o <a href="#">Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008</a>, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, para dispor sobre conversão de multas.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 9.178, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017</u></b>  Altera o <a href="#">Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012</a>, que regulamenta o art. 3º da <a href="#">Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993</a>, para estabelecer</p>

	<p>critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 9.177, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017</u></b> Regulamenta o art. 33 da <a href="#">Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010</a>, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e complementa os art. 16 e art. 17 do <a href="#">Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010</a> e dá outras providências.</p>
<p><b>MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO</b></p>	<p><b>MARGINÁLIA FEDERAL</b></p>
<p><b>Ministério da Educação</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b> <b><u>PORTARIA Nº 1.338, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017</u></b> Reconhece cursos de pós-graduação stricto sensu recomendados pelo Conselho Técnico-Científico - CTC da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES na 168ª Reunião Ordinária, realizada no período de 21 a 25 de novembro de 2016.</p> <p><b>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (SEB)</b> <b><u>PORTARIA Nº 74, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017</u></b> (...) <b>Art. 1º</b> Divulgar a relação das obras aprovadas do componente curricular Arte no âmbito do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) 2018, conforme Edital 04/2015/CGPLI - Convocação para o Processo de Inscrição e Avaliação de Obras Didáticas. (...)</p>
<p><b>Ministério da Fazenda (MF)</b></p>	<p><b>BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC)</b> <b><u>RESOLUÇÃO Nº 4.604, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017</u></b> Altera a Resolução nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO Nº 4.603, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017</u></b> Ajusta normas aplicáveis aos créditos de investimento, ao desconto de Duplicata Rural (DR) e de Nota Promissória Rural (NPR), ao Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), ao Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) e ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro).</p> <p><b>CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF)</b> – Vice-Presidência de Fundos de Governo de Loterias <b><u>CIRCULAR Nº 786, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017</u></b> (...) 1 A nova versão do MMP apresentou alterações na remuneração dos recursos utilizados para pagamento de parcela do preço de aquisição de Moradia Própria em fase de construção e para pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamentos contratados no</p>

	<p>âmbito do SFH-Sistema Financeiro de Habitação. (...)</p> <p><b>CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA (CONFAZ)</b>      → <b>Secretaria Executiva</b>  <u><b>ATO COTEPE/PMPF Nº 20, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017</b></u>      Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.</p> <p><b>SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB)</b>  <u><b>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.752, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017</b></u>      Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.711, de 16 de junho de 2017, que regulamenta o Programa Especial de Regularização Tributária (Pert) instituído pela <a href="#">Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017</a>, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).</p>
<p><b>Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços</b></p>	<p><b>INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI)</b>  <u><b>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 79, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017</b></u>      Assunto: Estabelece as condições do procedimento para subsidiar o Governo Brasileiro sobre a viabilidade do reconhecimento dos registros de indicações geográficas provenientes da União Europeia, no âmbito das negociações do acordo Mercosul-União Europeia.</p>
<p><b>Ministério da Saúde (MS)</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <u><b>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 2.765, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017</b></u>      Dispõe sobre o fluxo operacional de acionamento de missões da Força Aérea Brasileira (FAB) no transporte de órgãos, tecidos ou de equipes de retirada ou de transplantes.</p> <p><b>AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA)</b>      → <b>Diretoria Colegiada (DC)</b>  <u><b>RESOLUÇÃO - RDC Nº 186, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017</b></u>      Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998.</p> <p>→ <b>Gerência-geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária</b>  <u><b>RESOLUÇÃO - RE Nº 2.844, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017</b></u></p> <p><b>Art. 1º</b> Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da distribuição, comercialização e uso de todos os lotes do produto ÁGUA FACIAL MENTOLADA CHANNET, fabricados pela empresa Tops Cosméticos Ltda ME, CNPJ 02.757.966/0001-01, no período de 09/05/2012 a 23 / 11 / 2016.      (...)</p> <p><u><b>RESOLUÇÃO - RE Nº 2.839, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017</b></u>      (...)</p> <p><b>Art. 1º</b> Proibir a fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto saneante NAFTALINA EM BOLAS SANTO ANTÔNIO envasado e distribuído por Indústria de Velas Santo Antônio Ltda. - EPP, CNPJ 13.969.071/0001-49 e fabricado pela empresa Sanilar Comercial Ltda., CNPJ 69.198.356/0001-88.</p>

(...)

**RESOLUÇÃO - RE Nº 2.838, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017**

(...)

**Art. 1º** Tornar sem efeito a Resolução-RE nº 153, de 19/01/2017, publicada no D.O.U. nº 15 de 20 de janeiro de 2017, Seção 1, fls. 24 que proibiu a fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto NAFTALINA EM BOLAS SANTO ANTÔNIO, fabricado pela empresa Indústria de Velas Santo Antônio Ltda. - EPP (CNPJ 13.969.071/0001-49).

(...)

**RESOLUÇÃO-RE Nº 2.827, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017**

(...)

**Art. 1º** Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto TKTX 35 % (Lidocaína + Prilocaína + Epinefrina), de fabricante desconhecido, nos sites <https://pomadatktx.lojaintegrada.com.br> e <https://www.dricolorbrasil.com> ou por qualquer outro meio de divulgação.

(...)

**RESOLUÇÃO-RE Nº 2.826, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017**

(...)

**Art. 1º** Determinar como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da importação, distribuição, comercialização e uso do medicamento BONAR (sulfato de bleomicina) pó liofilizado, fabricado pela empresa Lemery S.A. de C.V., localizada no México, e importado por Biosintética Farmacêutica Ltda. (CNPJ: 53.162.095/0001-06).

(...)

**RESOLUÇÃO-RE Nº 2.825, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017**

(...)

**Art. 1º** Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso do lote 657915 (Val 10/2018) do medicamento ALLEGRA (cloridrato de fexofenadina) 6mg/ml suspensão oral, fabricado pela empresa Sanofi-Aventis Farmacêutica LTDA (CNPJ 02.685.377/0001-57).

(...)

**RESOLUÇÃO - RE Nº 2.824, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017**

(...)

**Art. 1º** Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso dos produtos descritos abaixo que foram distribuídos pela empresa Majela Medicamentos Ltda, CNPJ 09.613.374/0001-57, fabricados por GlaxoSmithKline Brasil Ltda. (CNPJ 33.247.743/0001-10).

(...)

**RESOLUÇÃO - RE Nº 2.823, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017**

(...)

**Art. 1º** Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da importação, distribuição, comercialização e uso dos medicamentos TEVAVINOR

(tartarato de vinorelbina,, solução injetável), TEVABLEO (sulfato de bleomicina, pó liofilizado), TEVAETOPO (etoposídeo, solução injetável) e TEVAIRINOT (cloridrato de irinotecano triidratado, solução injetável), fabricados pela empresa Lemery S.A. de C.V., localizada no México, e importados por Teva Farmacêutica Ltda. (CNPJ: 05.333.542/0001-08).  
(...)

#### **RESOLUÇÃO - RE Nº 2.822, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017**

(...)

**Art. 1º** Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto YEASTROL distribuído pela empresa Pacific Naturals, localizado em 305 N. Glenoaks Blvd. #304, Estados Unidos da América.

(...)

#### **RESOLUÇÃO - RE Nº 2.821, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017**

(...)

**Art. 1º** Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da divulgação e comercialização de todos os medicamentos divulgados por meio do sítio eletrônico <http://www.premiumfarma.com/> pela empresa PREMIUM FARMA LTDA - ME, responsável pelo site.

(...)

#### **RESOLUÇÃO-RE Nº 2.820, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017**

(...)

**Art. 1º** Determinar como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da importação, distribuição, comercialização e uso do medicamento flumazenil 0,1 mg/mL, solução injetável, fabricado pela empresa Hameln Pharmaceuticals GMBH, localizada na Alemanha, importado por Instituto Biochimico Indústria Farmacêutica Ltda. (CNPJ: 33.258.401/0001-03).

(...)

#### **RESOLUÇÃO - RE Nº 2.819, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017**

(...)

**Art. 1º** Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso do lote 2444907 (validade 08/2018) do medicamento Cloridrato de Amitriptilina comprimidos 25 mg, e do lote 3122900 (validade 05/2018) do medicamento Carbamazepina comprimidos 200 mg, fabricados por Laboratório Teuto Brasileiro S/A (CNPJ: 17.159.229/0001-76).

(...)

#### **RESOLUÇÃO - RE Nº 2.818, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017**

(...)

**Art. 1º.** Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a interdição cautelar do lote 917278 do medicamento SOMAFLEX (diclofenaco sódico), 100mg, comprimido revestido, (Val. 11/2018), da empresa EMS S.A. (CNPJ 57.507.378/0003-65).

(...)

#### **RESOLUÇÃO - RE Nº 2.817, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017**

(...)

	<p><b>Art. 1º</b> Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, comercialização e uso, bem como da divulgação em qualquer meio de comunicação, do produto DIET SLIM, fabricado por empresa desconhecida. (...)</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO - RE Nº 2.816, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017</u></b> (...)</p> <p><b>Art. 1º</b> Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto DISSOLVE PEDRA (Phyllanthus niruri + associação), assim como de todos os medicamentos que informem, em sua rotulagem, o fabricante de CNPJ 24.222.800/0001-15. (...)</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO - RE Nº 2.815, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017</u></b> (...)</p> <p><b>Art. 1º</b> Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto saneante ALVEJANTE UP CLORO ATIVO, fabricado pela empresa Dilimpex Produtos de Limpeza Ltda, CNPJ 09.463.784/0001-69. (...)</p>
<p><b>Ministério das Cidades (MCidades)</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b> <b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 36, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017</u></b> Dá nova redação a Instrução Normativa nº 32, de 28 de dezembro de 2016, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, referente à área de Habitação Popular e demais operações habitacionais, para o exercício de 2017.</p> <p><b>CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN)</b> <b><u>RESOLUÇÃO Nº 707, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017</u></b> Altera a Resolução CONTRAN nº 254, de 26 de outubro de 2007, que estabelece os requisitos para os vidros de segurança e os critérios para aplicação de inscrições, pictogramas, e películas nas áreas envidraçadas dos veículos automotores.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO Nº 706, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017</u></b> Dispõe sobre a padronização dos procedimentos administrativos na lavratura de auto de infração, na expedição de notificação de autuação e de notificação de penalidades por infrações de responsabilidade de pedestres e de ciclistas, expressamente mencionadas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e dá outras providências.</p>
<p><b>Ministério do Desenvolvimento Social</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b> <b><u>PORTARIA Nº 442, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017</u></b> Dispõe sobre o financiamento federal das ações do Programa Criança Feliz, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, e dá outras providências.</p>

<b>Publicação DOE-SP</b>	<b>SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO</b>
<b>PUBLICAÇÃO DOE</b>	<b>LEGISLAÇÃO SUPERIOR</b>
<b>28/10/2017</b>	LEI COMPLEMENTAR Nº 1.313, DE 27 DE OUTUBRO DE 2017 Altera a <a href="#">Lei Complementar nº 1.211, de 27 de setembro de 2013</a> , que institui o Plano de carreiras, de empregos públicos e Sistema retributório para os servidores ferroviários da Estrada de Ferro Campos do Jordão - EFCJ, e dá providências correlatas
<b>25/10/2017</b>	DECRETO Nº 62.894, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017 Dá nova redação ao artigo 23 do <a href="#">Decreto nº 23.289, de 26 de fevereiro de 1985</a> , que cria e organiza, no Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual, a Divisão de Enfermagem do Hospital do Servidor Público Estadual "Francisco Morato de Oliveira" e dá providências correlatas
<b>SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO</b>	<b>MARGINÁLIA ESTADUAL</b>
<b>Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI)</b>	<b>CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS)</b> → Gabinete do Diretor-Superintendente (GDS) <b><u>PORTARIA CEETEPS-GDS 1924, DE 26-10-2017</u></b> Estabelece normas para a concessão de isenção ou redução do pagamento da taxa de inscrição para o Processo Seletivo Vestibular – 1º Semestre de 2018, das Faculdades de Tecnologia
<b>Desenvolvimento Social (SEDS)</b>	<b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b> <b><u>RESOLUÇÃO SEDS 26, DE 25 DE OUTUBRO, DE 2017</u></b> Aprova critérios técnicos e financeiros para o reordenamento dos Serviços Estadualizados de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência, em situação de dependência, nas modalidades de Abrigo Institucional e de Residências Inclusivas
<b>Educação (SE)</b>	<b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b> <b><u>RESOLUÇÃO SE 49, DE 23-10-2017</u></b> Dispõe sobre o processo de credenciamento de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, a que alude o artigo 30, inciso VI, da <a href="#">Lei Federal 13.019, de 31-7-2014</a> (*) (*) Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da



	<p><i>sociedade civil; e altera as Leis nos 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)</i></p>
<b>Fazenda (SF)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SF 91, DE 24-10-2017</u></b>  Divulga o valor da Receita Corrente Líquida acumulada de setembro de 2016 a agosto de 2017</p> <p><b>COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (CAT)</b>  <b>SUPLEMENTO - FAZENDA</b>  <b>COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA</b>  <b><u>NOTIFICAÇÃO</u></b>  Os contribuintes ou responsáveis identificados no suplemento ficam notificados do lançamento de ofício do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, pela falta de pagamento do imposto devido referente(s) ao(s) veículo(s) e exercício(s) discriminado(s), nos termos do artigo 18 da <a href="#">Lei 13.296/08</a>.</p>
<b>Governo (SG)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b>Comunicado</b>  <b><u>EDITAL CONJUNTO DE CHAMAMENTO PÚBLICO 1-2017</u></b>  Retificação do anexo II ao Edital Conjunto de Chamamento Público 1-2017.  A Secretaria Executiva do Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas (“CGPPP”) em conjunto com o Secretário Municipal de Desestatização e Parcerias, no uso das competências previstas no Edital Conjunto de Chamamento Público 1-2017 (“Edital”), delibera favoravelmente à retificação do Anexo II ao Edital conforme exposto abaixo.  (...)</p>
<b>Habituação (SH)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SH 048, DE 23-10-2017</u></b>  Prorroga o prazo para conclusão do atendimento aos beneficiários do Programa Casa Paulista – apoio ao Crédito Habitacional – Modalidade Carta de Crédito Individual que especifica, participantes do 2º Feirão Morar Bem Viver Melhor</p>
<b>Logística e Transportes (SLT)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SLT - 8, DE 23-10-2017</u></b>  Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho com o objetivo de desenvolver soluções integradas para o uso compartilhado e gestão de dados e informações relativos à fiscalização e controle do tráfego nas rodovias estaduais paulista</p>
<b>Meio Ambiente (SMA)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SMA - 134, DE 25-10-2017</u></b>  Acresce dispositivo à Resolução SMA 118, de 02-10-2017, que constituiu Grupo de Trabalho para desenvolver estudos e propor ações de proteção, conservação e desenvolvimento sustentável da</p>

	Serra da Mantiqueira
<b>Saneamento e Recursos Hídricos (SSRH)</b>	<p><b>CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (CRH)</b>  <b><u>DELIBERAÇÃO CRH - 204, DE 25-10-2017</u></b>  Estabelece diretrizes para o reúso direto não potável de água, proveniente de Estações de Tratamento de Esgoto Sanitário (ETEs) de sistemas públicos para fins urbanos e dá outras providências</p>
<b>Saúde (SS)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SS - 92, DE 26-10-2017</u></b>  Dispõe sobre a distribuição de bolsas de estudos do Programa de Aprimoramento Profissional – PAP, para o exercício de 2018, e dá providências correlatas.</p> <p><b>COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO DE SAÚDE (CPS)</b>  <b><u>DELIBERAÇÃO CIB - 67, DE 26-10-2017</u></b>  (...) Dispõe sobre protocolo diagnóstico e terapêutico para tratamento da sífilis adquirida e sífilis na gestação, realizado pela enfermagem, no Estado de São Paulo.  (...)</p>
<b>Segurança Pública (SSP)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SSP-117, DE 24-10-2017</u></b>  Prot.GS 10.331/17  Fixa o valor da recompensa prevista na Resolução SSP 95/2017, de 03-08-2017, referente à denúncia que levou ao autor da tentativa de homicídio praticado contra a criança C.R.B.</p>
<b>Universidade de São Paulo (USP)</b>	<p><b>REITORIA</b>  → Gabinete do Reitor (GR)  <b><u>RESOLUÇÃO 7.418, DE 25-10-2017</u></b>  Disciplina o Programa de Apoio às Publicações Científicas Periódicas da USP no Sistema Integrado de Bibliotecas e dá outras providências</p>
<b>Publicação DOE - Legislativo</b>	<b>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</b>
<b>28/10/2017</b>	<p><b>PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO</b>  <b><u>PROPOSTA DE EMENDA Nº 6, DE 2017, À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO</u></b>  Acrescenta parágrafos ao artigo 180 da Constituição do Estado de São Paulo.  [...]  § 4º - As áreas verdes e institucionais, nas porcentagens que lhes são cabidas, poderão estar localizadas fora do perímetro do loteamento, quando houver o interesse do Município.  § 5º - Para os loteamentos com baixa densidade, a totalidade das áreas institucionais poderá, por ocasião da análise das diretrizes</p>

	<p>municipais e quando de interesse do Município, ser permutada por seu valor correspondente, em espécie.</p> <p>§ 6º - A permuta, na hipótese do parágrafo anterior, somente poderá ocorrer com a finalidade específica para construção, reforma ou ampliação de equipamentos urbanos, sociais e comunitários, ainda que sua aplicação seja em locais distintos ao da implantação do loteamento, objeto de aprovação.</p> <p>§ 7º - Para efeito de avaliação da área, objeto de permuta, será atribuído e considerado para cálculo, o valor de mercado, sendo que o pagamento deverá ser efetuado ao Município, antes da data de registro do loteamento, sob pena de caducidade da aprovação.</p> <p>§ 8º - As importâncias correspondentes aos valores atribuídos à permuta, deverão ser recolhidas aos cofres do município em conta específica e própria, que terá por objetivo único e exclusivo a aplicação desses recursos, em Áreas Institucionais que demandem prioridade em bairros da periferia." (NR). [...] <a href="#">DOE, Legislativo, 28/10/2017, p. 7</a></p> <p><b>PROJETOS DE LEI</b> <b><u>PROJETO DE LEI Nº 1002, DE 2017</u></b> Dispõe sobre imóveis da CESP - Companhia Energética de São Paulo que estejam na posse de Universidades Públicas Estaduais. <a href="#">DOE, Legislativo, 28/10/2017, p. 7</a></p>
<p><b>27/10/2017</b></p>	<p><b>PROJETOS DE LEI</b> <b><u>PROJETO DE LEI Nº 1001, DE 2017</u></b> Classifica Votorantim como Município de Interesse Turístico. <a href="#">DOE, Legislativo, 27/10/2017, p. 8</a></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 998, DE 2017</u></b> Declara Paulo Freire como o Patrono da Educação Paulista. <a href="#">DOE, Legislativo, 27/10/2017, p. 8</a></p> <p><b>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO</b> <b><u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 9, DE 2017</u></b> Susta os efeitos da Portaria CETEC 1.263, de 26.07.2017, que regulamenta os procedimentos de pontuação, classificação docente e atribuição de aulas no Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. <a href="#">DOE, Legislativo, 27/10/2017, p. 9</a></p>
<p><b>26/10/2017</b></p>	<p><b>PROJETOS DE LEI</b> <b><u>PROJETO DE LEI Nº 996, DE 2017</u></b> Altera a <a href="#">Lei 14.984, de 12 de abril de 2013</a>, que dispõe sobre o pagamento de indenização por morte ou invalidez e a contratação de seguro de vida em grupo, na forma que especifica, e dá providências correlatas. <a href="#">DOE, Legislativo, 26/10/2017, p. 11</a></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 990, DE 2017</u></b> Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a celebrar termo de parceria ou forma corretada com estabelecimentos particulares que disponham de plataforma digital de ensino, em benefício dos alunos e professores das escolas públicas da rede estadual de ensino, de</p>

	nível fundamental e médio. <a href="#">DOE, Legislativo, 26/10/2017, p. 11</a>
<b>25/10/2017</b>	<p><b>PROJETOS DE LEI</b> <b><u>PROJETO DE LEI Nº 987, DE 2017</u></b> Classifica como de Interesse Turístico os Municípios de Altinópolis, Araraquara, Araras, Areias, Cabreúva, Campina do Monte Alegre, Cardoso, Cruzeiro, Itapuí, Itupeva, Jaú, Lençóis Paulista, Limeira, Lins, Mairiporã, Mira Estrela, Mogi das Cruzes, Nazaré Paulista, Novo Horizonte, Rancharia, Registro, Riolândia, Rosana, Santa Branca, Santa Cruz do Rio Pardo, Santo Expedito, São Simão, Tabatinga, Tambaú, Uchoa e Votuporanga. <a href="#">DOE, Legislativo, 25/10/2017, p. 12</a></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 986, DE 2017</u></b> Determina que as instituições financeiras localizadas no Estado de São Paulo apresentem através de relatório prévio os débitos tarifários a serem descontados em conta com a anuência do correntista. <a href="#">DOE, Legislativo, 25/10/2017, p. 12</a></p>
<b>24/10/2017</b>	<p><b>PROJETOS DE LEI</b> <b><u>PROJETO DE LEI Nº 978, DE 2017</u></b> Classifica Caçapava como Município de Interesse Turístico. <a href="#">DOE, Legislativo, 24/10/2017, p. 12</a></p>
<b>Publicação DO - Cidade</b>	<b>SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL</b>
<b>26/10/2017</b>	<p><b><u>DECRETO Nº 57.950, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017</u></b> Introduz alterações nos artigos 3º, 5º, 8º e 9º do <a href="#">Decreto nº 57.490, de 5 de dezembro de 2016</a>, que regulamenta o monitoramento e avaliação da implementação do Plano Diretor Estratégico.</p>
<b>24/10/2017</b>	<p><b><u>DECRETO Nº 57.947, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017</u></b> Dispõe sobre o horário de funcionamento das unidades integrantes dos órgãos da Administração Municipal Direta, das Autarquias e das Fundações, o cumprimento das jornadas de trabalho, o sistema de gestão eletrônica de frequência e a compensação da jornada dos servidores públicos.</p>

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: [http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home\\_1\\_0.aspx](http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx)

**Equipe Responsável pelo Boletim:**

Maria Isa de Aquino Sousa  
[mariaisa@sp.gov.br](mailto:mariaisa@sp.gov.br)

Marcelo Conti  
[mconti@sp.gov.br](mailto:mconti@sp.gov.br)

Mauro Sérgio Nascimento da Silva  
[maurosilva@sp.gov.br](mailto:maurosilva@sp.gov.br)

**Secretaria de Governo do Estado de São Paulo**

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

[ccivil@sp.gov.br](mailto:ccivil@sp.gov.br)

Biblioteca

**Cancelamento:**

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para [ccivil@sp.gov.br](mailto:ccivil@sp.gov.br) ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107